



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

**NÍVEL E (Nível Superior)  
ASSISTENTE SOCIAL**

**4 de dezembro de 2016**

**Nome:** \_\_\_\_\_ **Nº de Inscrição:** \_\_\_\_\_

**BOLETIM DE QUESTÕES**

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **40 QUESTÕES OBJETIVAS**, sendo Conhecimentos Básicos - **8** de Língua Portuguesa, **4** de Informática e **8** de Administração Pública; **20** de Conhecimentos Específicos; e a **REDAÇÃO**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO**.
- 3 A prova de Redação valerá **10 pontos** e consistirá na elaboração de texto escrito com, **no mínimo, vinte (20) linhas e, no máximo, trinta (30) linhas**, com letra legível, em que serão avaliadas: fidelidade ao tema, objetividade, clareza, sequência lógica de pensamento e utilização correta das normas gramaticais.
- 4 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no **CARTÃO-RESPOSTA** e na **FOLHA DE REDAÇÃO**. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 5 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**.
- 6 A marcação do **CARTÃO-RESPOSTA** e a transcrição do texto definitivo para a **FOLHA DE REDAÇÃO** devem ser feitas com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul** confeccionada em material transparente.
- 7 O **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta e a Folha de Redação somente serão substituídos caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão e na folha não corresponderem aos seus.
- 8 A **FOLHA DE REDAÇÃO** não deverá ser assinada, rubricada, nem conter, dentro ou fora do espaço destinado à transcrição do texto definitivo, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato.
- 9 O **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** serão os únicos documentos considerados para a correção.
- 10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 11 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item **2** acima e assine a **LISTA DE PRESENÇA**. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 8:00 horas e término às 12:00 horas**, observado o horário de Santarém/PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito **1 (uma) hora** além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os **30 minutos** finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **BOLETIM DE QUESTÕES** não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 40.

## LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

### A SOCIEDADE PÓS-MORALISTA

1 “A sociedade Pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos”. Uma  
2 denúncia da decadência social, feita por um pensador contemporâneo – Gilles Lipovetsky.

3 Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos  
4 preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação  
5 mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade  
6 intimista e materialista. Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam  
7 eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas. E como a cultura do cotidiano não é  
8 mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos  
9 direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa  
10 que seja extrínseca a nós. As democracias abdicaram do contrapeso do dever infinito organizando-se não  
11 propriamente à maneira de algo “sem fé nem lei”, mas segundo uma ética tênue e minimalista, “sem  
12 obrigações nem sanções”. O encandeamento da história moderna levou à eclosão de uma estrutura de  
13 gênero inédito: as sociedades pós-moralistas.

14 Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico,  
15 somando-se à já prolífera família lexical dos chamados “pós”. Entretanto, que denominação caberia a um  
16 gênero de cultura que só em situações muito excepcionais segue o preceito do “é preciso”, que difunde  
17 muito mais as normas do bem-estar que as imposições supremas do ideal, que metamorfoseia a iniciativa  
18 moral em entretenimento ou informação comercial? Como designar uma cultura de promoção dos direitos  
19 subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora a etiqueta da ética sempre  
20 apareça, a referência à necessidade de sacrifício nenhuma vez esteja presente? Sociedade pós-moralista:  
21 assim entendemos uma sociedade que repudia a retórica do dever rígido, integral e estrito e, paralelamente,  
22 consagra os direitos individuais à autonomia, às aspirações de ordem pessoal, à felicidade... É uma  
23 sociedade que, em suas camadas mais profundas, deixou de estar baseada nas exortações ao cumprimento  
24 integral dos preceitos, e que só procura acreditar nas normas indolores da existência ética. Eis a razão pela  
25 qual nenhuma contradição existe entre o aumento de popularidade da temática ética e a lógica pós-  
26 moralista, uma vez que a atual concepção de ética não exige nenhum sacrifício maior, nenhuma renúncia a  
27 si mesmo. Nenhuma aceitação do dever heroico, mas reconciliação entre coração e festa, entre a virtude e  
28 o interesse, entre os imperativos do futuro e a qualidade de vida do presente. Longe de representar uma  
29 oposição frontal à cultura individualista pós-moralista, o impacto ético constitui uma de suas mais típicas  
30 manifestações... Sociedade pós-moralista é, assim, a designação de uma época em que o sentido do dever  
31 é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social, em que os  
32 direitos subjetivos preponderam sobre os mandamentos imperativos, em que as lições de moral são  
33 encobertas pelo fulgor de uma vida melhor, do irradiante sol das férias de verão, do banal passatempo das  
34 mídias.

([http://www.nacionalismo.com.br/artigos/sociedade\\_pos\\_moralista.pdf](http://www.nacionalismo.com.br/artigos/sociedade_pos_moralista.pdf)). Texto com adaptações.

#### Glossário:

Hiperbóreos: Segundo a mitologia grega, **hiperbóreos** são povos que habitam o extremo norte da Europa e da Ásia em um território inalcançável, onde não há doenças nem guerras, e levam uma vida perfeita sem a ajuda dos deuses, sendo visitados somente durante o inverno por Apolo.

Edulcorado: adoçado; abrandado; suavizado.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

1 O texto “A Sociedade Pós-moralista” não afirma que a ética deixou de existir nas sociedades, mas sim que há o seu enfraquecimento. Essa ideia pode ser identificada em várias passagens do texto, com EXCEÇÃO da que se transcreve em

- (A) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
- (B) “As democracias abdicaram do contrapeso do dever infinito organizando-se não propriamente à maneira de algo ‘sem fé nem lei’, mas segundo uma ética tênue e minimalista, ‘sem obrigações nem sanções’.” (10 a 12)
- (C) “Sociedade pós-moralista: assim entendemos uma sociedade que repudia a retórica do dever rígido, integral e estrito e, paralelamente, consagra os direitos individuais à autonomia, às aspirações de ordem pessoal, à felicidade.” (20 a 22)
- (D) “É uma sociedade que, em suas camadas mais profundas, deixou de estar baseada nas exortações ao cumprimento integral dos preceitos, e que só procura acreditar nas normas indolores da existência ética.” (22 a 24)
- (E) “Sociedade pós-moralista é, assim, a designação de uma época em que o sentido do dever é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social (...)” (30 a 31)

2 Considere o trecho

“Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade intimista e materialista”. (3 a 6)

Com base nessa reflexão do texto, entende-se que uma sociedade que observa os preceitos superiores é, em síntese, aquela na qual

- (A) a vida política é verdadeiramente democrática, por permitir a igualdade de partilha dos bens sociais de acordo com as necessidades de cada um.
- (B) se combatem todas as manifestações contrárias ao respeito que se deve ao cidadão, independentemente de sua etnia, condição social, religião.
- (C) os princípios éticos/morais regem as instituições políticas, como instâncias que devem fazer valer a vontade e o interesse coletivo, bem como regem a conduta de cada sujeito social.
- (D) se instala uma democracia efetivamente participativa, em vista do direito que o cidadão tem à escolha de seus governantes e representantes.
- (E) há a renúncia dos cidadãos a aspirações de ordem pessoal, à felicidade individual em favor de uma vida menos materialista e mais religiosa.

3 Ainda sobre o trecho

“Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade intimista e materialista” (3 a 6), é correto afirmar que o verbo na primeira pessoa do plural (“estamos”) se refere

- (A) às sociedades em geral.
- (B) aos guardiães dos costumes morais.
- (C) aos idealizadores de um novo regime político.
- (D) aos pensadores que comungam com o autor a concepção de uma sociedade Pós-moralista.
- (E) ao autor e demais cidadãos participantes de uma sociedade distanciada de preceitos ético-morais.

4 Para mostrar figurativamente os traços da sociedade Pós-moralista, o autor utiliza a **linguagem conotativa** em

- (A) “A sociedade Pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos.” (1)
- (B) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
- (C) “O encandeamento da história moderna levou à eclosão de uma estrutura de gênero inédito: as sociedades pós-moralistas.” (12 e 13)
- (D) “Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’.” (14 e 15)
- (E) “Eis a razão pela qual nenhuma contradição existe entre o aumento de popularidade da temática ética e a lógica pós-moralista, uma vez que a atual concepção de ética não exige nenhum sacrifício maior, nenhuma renúncia a si mesmo.” (24 a 27)

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

- 5 Das relações de ideias estabelecidas no texto, expressa-se uma **relação de causa e consequência** no trecho
- (A) “Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação (...)” (3 e 4)
  - (B) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
  - (C) “E como a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa que seja extrínseca a nós.” (7 a 10)
  - (D) “Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’. Entretanto, que denominação caberia a um gênero de cultura que só em situações muito excepcionais segue o preceito do ‘é preciso’ (...)?” (14 a 16)
  - (E) “Como designar uma cultura de promoção dos direitos subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora a etiqueta da ética sempre apareça, a referência à necessidade de sacrifício nenhuma vez esteja presente?” (18 a 20)
- 6 Nas alternativas abaixo, apresentam-se paráfrases de partes do texto “A Sociedade Pós-moralista”. Identifique a que está de acordo com as regras de **concordância** e/ou **regência** da gramática da norma culta.
- (A) Tornou-se inútil, em nossas sociedades, todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas. Ou seja, estamos diante do que se chama sociedade Pós-moralista.
  - (B) E porque a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa que nos sejam extrínseca.
  - (C) As democracias (...) passaram a organizarem-se não propriamente à maneira de algo “sem fé nem lei”, mas segundo uma ética tênue e minimalista, “sem obrigações nem sanções”. O encandeamento da história moderna propiciou à eclosão de sociedades pós-moralistas.
  - (D) Provavelmente haverão aqueles que poderão manifestarem perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’. Entretanto, que denominação caberia a certas sociedades que, só em situações muito excepcionais segue o preceito do ‘é preciso’.
  - (E) Como designar uma cultura de promoção dos direitos subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora sempre apareçam os princípios da ética, a referência aos imperativos de sacrifício nenhuma vez esteja presente?

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

- 7 A linguagem dos textos técnicos e comunicações oficiais deve apresentar um estilo caracterizado por qualidades como adequação, clareza, coesão, coerência, concisão, precisão, objetividade, polidez. Considere a redação do texto abaixo, um exemplar do gênero “Aviso”:

A Sua Excelência o Senhor  
[Nome e cargo]

Local e data

Assunto: **Seminário sobre uso de energia no setor público**

Senhor Ministro,

Convido Vossa Excelência, com muita honra, pelo orgulho que é realizar um evento como este, a participar da sessão de abertura do Primeiro Seminário Regional de Uso Eficiente de Energia no Setor, a ser realizado em 5 de novembro próximo, às 9 horas, no auditório da Escola Nacional de Administração Pública, localizada no Setor de Indústrias, zona sul, nesta capital.

O Seminário, que primou pela excelência de organização, inclui-se nas atividades do *Programa Nacional das Comissões Internas de Conservação de Energia em Órgãos Públicos*, instituído pelo Decreto nº XXX, de 20 de outubro de 1995.

Atenciosamente,

[nome e cargo do signatário]

Esse documento **Não atende** aos requisitos exigidos na comunicação oficial quanto à

- (A) concisão.
  - (B) polidez.
  - (C) coerência.
  - (D) correção gramatical.
  - (E) adequação de tratamento.
- 8 Em textos da comunicação oficial não cabem construções de sentido ambíguo. Esse preceito **Não** foi observado na redação do seguinte trecho de documento:
- (A) Senhor Ministro,  
Encaminho, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 1990, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de seu projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste. (Ofício)
  - (B) Senhor Deputado,  
Informo Vossa Excelência de que as medidas mencionadas em sua carta nº 6708, dirigida ao Senhor Presidente da República, estão amparadas pelo procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas instituído pelo Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991 (cópia anexa). (Ofício)
  - (C) Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,  
Comunico a Vossa Excelência o recebimento das Mensagens SM nº 106 a 110, de 1991, nas quais se informa a promulgação dos Decretos Legislativos nºs 93 a 97, de 1991, relativos à exploração de serviços de radiodifusão. (Mensagem)
  - (D) Sr. Governador,  
Cumprir-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, que as detenções dos estrangeiros expulsos, ou com processo de expulsão, não devem ultrapassar o prazo de noventa dias, a contar da data em que foi autorizada a detenção. (Ofício)
  - (E) Ao Senhor (nome e/ou cargo)  
Assunto: Aquisição de Equipamentos de Informática  
Nos termos do plano de estratégia estabelecido na reunião mensal de julho deste ano, solicitamos a Vossa Senhoria a tomada de orçamentos para aquisição dos novos equipamentos de informática para o departamento de Recursos Humanos. (Memorando)

INFORMÁTICA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

9 Considere as seguintes afirmativas.

- I Em computação, o termo *phishing* é uma forma de fraude eletrônica, caracterizada por tentativas de adquirir informações confidenciais de pessoas ou empresas através de mensagens falsas.
- II O *worm* é um código malicioso capaz de se propagar automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo entre computadores.
- III Os *firewalls* podem se apresentar sob duas formas: *software* e *hardware*. A primeira são programas que o usuário instala na máquina para realizar o controle das conexões, tanto as que entram, como as que saem. Já sob a forma de *hardware*, são equipamentos específicos que reforçam a segurança de uma rede.
- IV Um *cookie* é um pacote de dados enviados de um *website* para o navegador do usuário quando o usuário visita o *site*. Cada vez que o usuário visita o *site* novamente, o navegador envia o *cookie* de volta para o servidor para notificar atividades prévias do usuário.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) I, III e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.

10 São exemplos de protocolos padrão da Internet para recebimento e envio de e-mails

- (A) SMTP e HTTP.
- (B) IMAP e DNS.
- (C) ARP e NAT.
- (D) POP e SMTP.
- (E) POP e SMAIL.

11 Considere a planilha produzida no Microsoft Office Excel 2013 (configuração padrão).

	A	B	C
1	Valor da propriedade	Comissão	Total
2	100	7	
3	200	14	
4	300	21	
5	400	28	

Acerca da tabela acima, analise as afirmativas a seguir.

- I Se na célula C2 for inserida a fórmula =SOMASE(A2:A5;">150";B2:B5), o resultado será 63.
- II Se na célula C3 for inserida a fórmula =SE(A2>A3;B2;B3), o resultado será 7.
- III Se na célula C4 for inserida a fórmula =SOMA(A4:B5), o resultado será 749.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) III, somente.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

- 12 Com relação aos procedimentos de *backup* é **incorreto** afirmar que
- (A) para a implementação do *backup*, deve-se levar em consideração a importância da informação, o nível de classificação utilizado, sua periodicidade de atualização e também sua volatilidade.
  - (B) durante o processo de *backup* deve-se determinar o nível de proteção a ser dado à determinada informação. Essa avaliação poderá então ser usada para determinar se um controle criptográfico é apropriado e qual tipo deve ser aplicado.
  - (C) dentre os principais itens a serem considerados em uma política para realização de *backup* está a execução de testes nas mídias que armazenam os *backups* para assegurar que os mantidos em ambiente interno e/ou externo estejam seguros e em perfeito estado para serem utilizados.
  - (D) volatilidade da informação é o período de tempo no qual a informação permanece atual e utilizada. Por exemplo, para os dados que não sofrerem alteração pelo período de trinta dias, somente será necessária a realização de um novo *backup* no trigésimo primeiro dia, conseqüentemente, sua retenção programada poderá ser para trinta dias.
  - (E) além dos *backups* realizados por empresas terceiras, como, por exemplo, provedores de *sites* de contingência, deve-se produzir uma cópia adicional de segurança dos *backups* considerados mais críticos para ser armazenada nas instalações da organização.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)**

- 13 O decreto nº 5.378/2005, que institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, define no Artigo 5º que a participação dos órgãos e entidades da administração pública no GESPÚBLICA dar-se-á mediante
- (A) adesão ou convocação.
  - (B) negociação ou acordo.
  - (C) habilidade de ouvir.
  - (D) reunião de reforço.
  - (E) avaliação de papéis.
- 14 Ainda com relação ao decreto nº 5.378/2005, no Artigo 3º, inciso III, consta que o Programa GESPÚBLICA deverá orientar e capacitar os órgãos e entidades da administração pública para a implantação de ciclos contínuos de avaliação e de
- (A) determinação de padrões de qualidade.
  - (B) análise dos custos internos.
  - (C) melhoria da gestão.
  - (D) simplificação de rotinas.
  - (E) determinação de normas.
- 15 O Decreto nº 5.825/2006, que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, define alguns conceitos como os citados no Artigo 3º, inciso IX, entre os quais o do processo de distribuição de cargos baseado em critérios de dimensionamento objetivos, previamente definidos e expressos em uma matriz, visando ao desenvolvimento institucional denominado
- (A) matriz de alocação de cargos.
  - (B) alocação de cargos.
  - (C) equipe de trabalho.
  - (D) avaliação de desempenho.
  - (E) processo de trabalho.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

- 16 A lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, estabelece no parágrafo 1º, Artigo XXIV, que o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira deverá conter: I - dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição; II - Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e o III que se denomina
- (A) Plano de Acompanhamento e Avaliação Continuada.
  - (B) Programa de Proposta Integradora dos Níveis Hierárquicos.
  - (C) Desenvolvimento de um Plano Institucional Estratégico.
  - (D) Programa de Avaliação de Desempenho.
  - (E) Programa de Definição de Fatores Críticos de Sucesso.
- 17 A Lei nº 11.091/2005 apresenta, em seu Capítulo II, Artigo 3º, inciso VII, como princípios e diretrizes, o desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais. Essa vinculação é fundamental, pois as instituições precisam oferecer programas de capacitação e desenvolvimento que estejam diretamente relacionados aos propósitos organizacionais, atendendo ao desenvolvimento das competências de seus colaboradores de forma sustentável e contínua, como também à
- (A) melhoria dos processos de trabalho.
  - (B) formação da estrutura organizacional.
  - (C) especialização do pessoal de linha.
  - (D) dinamização das delegações de chefia.
  - (E) valorização das chefias estratégicas.
- 18 A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, estabelece, em seu Artigo 2º, que A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e
- (A) centralidade.
  - (B) flexibilidade.
  - (C) vulnerabilidade.
  - (D) aplicabilidade.
  - (E) anualidade.
- 19 Um processo de aprendizagem nunca está acabado, daí a necessidade de as instituições promoverem a formação continuada dos servidores, com vistas a agregar novos conhecimentos aos já existentes, em função das mudanças no próprio conhecimento, nas tecnologias e no mundo do trabalho. O Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional, estabelece orientações, com aprofundamento e avanço na formação dos servidores, quando define em suas Diretrizes, Artigo 3º, inciso V - estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional. Esse aprimoramento retorna ao próprio servidor e à instituição na qual ele trabalha, sob a forma de satisfação, motivação, conhecimento, maior produtividade e
- (A) otimização dos serviços.
  - (B) mudanças no cronograma dos projetos.
  - (C) burocracia dos serviços.
  - (D) manutenção das rotinas de trabalho.
  - (E) negociações adiadas.
- 20 A Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, considera, no parágrafo 2º do Artigo 1º, a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica como sendo um (uma)
- (A) grupo.
  - (B) entidade.
  - (C) assessoria.
  - (D) autoridade.
  - (E) órgão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Historicamente, o estudo social é associado às demandas atendidas pelo assistente social no campo sóciojurídico, entretanto foi redescoberto com vistas ao exercício do projeto ético-político. Em relação ao estudo social, é correto afirmar:
- (A) Foi especialmente ampliado após a criação das Varas da Infância e Juventude, que exigiam estudos significativos nesta área (estudo social em perícias, laudos e pareceres).
  - (B) É elaborado com vistas a construir um conhecimento sobre as possíveis causas dos problemas sociais dos usuários, além da análise fiel da situação apresentada.
  - (C) É instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação social vivida por sujeitos e grupos, pelo qual o assistente social é chamado a opinar tecnicamente, articulando sua abordagem a outros instrumentos.
  - (D) Sua principal função é verificar fatos e descrever situações de violação de direitos presentes nas diversas expressões da questão social.
  - (E) Trata-se de avaliar aspectos e condutas individuais, emitindo opiniões que definam os rumos de vida das pessoas, tendo como foco as relações estabelecidas no campo individual e institucional.
- 22 Considere a hipótese: Uma cidade do interior do Pará foi devastada por um grande alagamento e tal acontecimento foi considerado de calamidade pública, devido a ter atingido um contingente de famílias que perderam suas casas e no qual algumas pessoas morreram por falta de socorro imediato. Em termos de convocação para atuar tecnicamente em programas de socorro à população, com base no Código de Ética de 1993, é correto afirmar:
- (A) Só poderá ser convocado para prestar socorro em caso de calamidade pública o assistente social que trabalhe em órgão público.
  - (B) Qualquer assistente social, ainda que não esteja inserido em atividades ou empregos formais, deverá acudir o chamamento para prestar socorro à população.
  - (C) O objeto jurídico referente à participação em programas de socorro à população em situação de calamidade pública é a defesa intransigente do socorro ao próximo.
  - (D) Somente profissionais que atuam em organizações humanitárias e filantrópicas estão habilitados para convocação em casos de calamidade pública.
  - (E) Somente o assistente social atuante em órgão privado ou em organizações do terceiro setor pode justificar a impossibilidade de comparecimento ao socorro à população; os demais são obrigados sob pena de perderem seu salário no mês vigente à convocação.
- 23 A análise e a avaliação acerca de políticas, programas e projetos sociais se ocupam em compreender a configuração das políticas sociais; para tanto, explicam sua dimensão, significado, abrangência e funções. Numa perspectiva mais abrangente e crítica, é correto afirmar:
- (A) A ênfase é dada ao processo de formulação, considerando os objetivos, eficiência e eficácia na avaliação e acompanhamento.
  - (B) No Brasil e América Latina, a expansão da utilização de modelos e métodos de avaliação se deu a partir dos anos 1990, com mais ênfase nos anos 2000, sob a hegemonia de uma ótica particularizada.
  - (C) Em relação à análise e à avaliação de política social, o que surge é a compreensão de que o fundamental é tratar os diferentes momentos, sentidos e movimentos avaliativos como inter-relacionados e complementares, que devem ser permanentes e universais.
  - (D) Para que se realize de forma definitiva a avaliação de políticas, programas e projetos sociais, é imprescindível uniformizar as principais técnicas e procedimentos para inferir sobre elas a efetividade e eficácia de uma determinada política.
  - (E) É fundamental apontar a definição de avaliação, bem como os tipos, formas e tendências, antes de qualquer análise.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

- 24 Sobre a atuação do assistente social em equipe multiprofissional, a Resolução CFESS nº 557/2009, de 15 de setembro de 2009, dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais, definindo algumas considerações acerca deste assunto. Assinale a alternativa que **NÃO** expressa a atuação do assistente social em equipe multiprofissional.
- (A) As leis que obrigam a atuação multidisciplinar especificam de maneira clara os limites de cada área profissional no desenvolvimento e na elaboração dos trabalhos técnicos conjuntos, não cabendo, no caso das profissões regulamentadas, ser disciplinados por seus Conselhos Profissionais.
  - (B) Crescente inserção do assistente social em espaços socioocupacionais que exigem a atuação com profissionais de outras áreas, requerendo uma intervenção multidisciplinar com competência técnica, teórico-metodológica e ético-política.
  - (C) Ser inadmissível, juridicamente, que em uma mesma manifestação técnica tenha consignado o entendimento conjunto de duas áreas profissionais regulamentadas, sem que se delimite o objeto de cada uma, tendo em vista, inclusive, as atribuições privativas de cada profissão.
  - (D) A necessidade de regulamentar a matéria em âmbito nacional, para orientar a prática profissional do assistente social, na sua atuação em equipes multiprofissionais.
  - (E) É função privativa do assistente social a realização de vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações, pareceres, ou seja, qualquer manifestação técnica, sobre matéria de Serviço Social, em conformidade com o inciso IV do artigo 5º da Lei 8.662, de 07 de junho de 1993.
- 25 Os órgãos responsáveis pela implementação e execução da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST) são:
- (A) Ministério da Saúde, Sistema Único de Saúde e Integração Nacional.
  - (B) Instituto Nacional de Seguridade Nacional, Planejamento, Orçamento e Gestão e Previdência Social.
  - (C) Caixa de Previdência do Trabalhador, Ministério da Saúde e Emprego e Renda.
  - (D) Ministério de Emprego e Renda e Sistema Único de Saúde.
  - (E) Ministério do Trabalho e Previdência Social e Saúde.
- 26 O processo de trabalho é entendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas, o qual visa ao alcance de finalidades que dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Isto significa que
- (A) os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza, modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades.
  - (B) este processo implica diversas formas manipuladoras e eficientes, a fim de domínio da natureza ao converter trabalho em meio de subsistência e transformação do indivíduo em mão de obra produtiva.
  - (C) a práxis humana agrega elementos de individualidade e singularidade para que o trabalho encontre formas produtivas para superar as correlações de forças no mundo capitalista.
  - (D) ao criar meios e condições de trabalho os homens, na ordem natural da práxis transformadora, criam um conjunto de inversões que os transforma, ao mesmo tempo, em sujeito e objeto, em meios e fins para a objetivação da superação do trabalho como instrumento emancipatório.
  - (E) é no estado hegemônico e monopolista que o trabalho encontra tanto formas de manipulação da lógica capitalista em que a questão social se encerra como também o viés necessário para a transformação da dicotomia capital e trabalho.
- 27 As discussões acerca das novas configurações da questão social apontam para
- (A) o caráter secundário do capital fetiche, induzindo uma pequena naturalização da banalização do trabalhador e de sua cidadania.
  - (B) um novo perfil que coloca a questão social como expressão da pobreza, miséria e exclusão social.
  - (C) a alienação e a invisibilidade do trabalho como fator menos preponderante, tendo em vista que há uma redefinição das políticas sociais mais próximas das necessidades sociais.
  - (D) as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo, ou seja, das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais.
  - (E) o superdimensionamento das políticas sociais em que as necessidades são atendidas na medida em que a fetichização do capital dá lugar ao triunfo emancipatório das classes trabalhadoras.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

- 28 Para efetivação da competência profissional do Assistente Social nas dimensões ética, política, teórica, metodológica e técnico-operativa, na supervisão de estágio em serviço social, há alguns recortes significativos no ensino superior. Entre estes está a(o)
- (A) aprovação das diretrizes curriculares pela categoria profissional.
  - (B) homologação e regulamentação das diretrizes curriculares pelo Ministério Social de Assistência Social.
  - (C) planejamento estratégico da postura investigativa e acadêmica em estágio institucional.
  - (D) desdobramento da atividade de planejamento para acompanhamento e avaliação de projetos de pesquisa do supervisor de campo.
  - (E) melhoria nas relações sociais entre estagiário e instituição para vínculos relacionais e ampliação das trocas culturais.
- 29 As discussões acerca da constituição da seguridade social brasileira trouxeram algumas inovações no campo da política social brasileira, com destaque para os programas de transferência de renda, que trazem como ideia central a
- (A) transferência monetária indireta a indivíduos ou a famílias.
  - (B) articulação entre transferência monetária e políticas educacionais, de saúde e de trabalho.
  - (C) retirada dos beneficiários do trabalho, ou seja, o programa bolsa-família substitui a renda do trabalho.
  - (D) afirmação para a Assistência Social de seu caráter de direito contributivo, ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social.
  - (E) participação de todos os envolvidos nas tarefas do programa, inclusive com previsão de recursos humanos e financeiros para sua execução.
- 30 Após a Segunda Guerra Mundial, o Estado de Bem Estar Social consolida-se no continente europeu. O plano Beveridge (1942), na Inglaterra, serviu de base para o sistema de proteção social britânico e de vários países europeus. De acordo com este plano, assinale o princípio que **NÃO** corresponde à estrutura do Estado de Bem Estar Social
- (A) Universalidade dos serviços sociais.
  - (B) Responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos.
  - (C) Implantação de uma rede de segurança de serviços de assistência social.
  - (D) Formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade.
  - (E) Manutenção de ações com vistas à prestação de serviços sociais universais, como saúde, educação, segurança social, habitação e serviços pessoais.
- 31 O novo paradigma de elaboração, implementação e avaliação de projetos sociais exige a busca de uma maior racionalidade nas ações e resultados, bem como de novos e modernos instrumentos que deem conta dessas exigências. Quanto à classificação do projeto social como processo, analise os itens abaixo.
- I lógico.
  - II comunicativo.
  - III de cooperação.
  - IV histórico.
- Estão corretos
- (A) I e II, somente.
  - (B) I e III, somente.
  - (C) I II e III, somente.
  - (D) I e IV, somente.
  - (E) I, II, III e IV.
- 32 A formulação de indicadores de avaliação em projetos sociais implica especificar de forma clara e direta o objetivo e os resultados que se quer atingir. Na definição destes indicadores, é fundamental assegurar alguns critérios e características, como
- (A) conhecer pesquisas avaliativas.
  - (B) apresentar padrões de intervenção para as medições inexatas.
  - (C) ser comparável espacial e temporalmente.
  - (D) apresentar ganhos de inovação nas impressões subjetivas.
  - (E) determinar efeitos líquidos de uma intervenção social.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

- 33 A Assistência Social no Brasil possui como Lei Orgânica a Lei nº 8.742/1993 (LOAS) que, dentre outros temas, aborda a organização e a gestão das ações na área da assistência social. Acerca do tema, é correto afirmar:
- (A) É objetivo do sistema centralizado e participativo, Sistema Único de Assistência Social (SUAS), consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva.
  - (B) As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), respeitadas as especificidades de cada ação.
  - (C) O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é integrado pelos entes federativos, cabendo à União fixar a Política de Assistência Social a ser aplicada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
  - (D) Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ainda que aferidos na forma de regulamento, não serão considerados como prestação de contas dos recursos a serem transferidos a título de apoio financeiro.
  - (E) O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é o órgão superior responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente do Senado Federal, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.
- 34 A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB) trata a Educação Básica em seu capítulo II. De acordo com a referida lei, é correto afirmar:
- (A) O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, podendo haver redução do número legal de horas letivas.
  - (B) A classificação em qualquer série ou etapa pode ser feita por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior na própria escola, e até por transferência para os procedentes de outras escolas.
  - (C) O controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de 50% (cinquenta por cento) do total de horas letivas para aprovação.
  - (D) O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, poderá constar como componente curricular facultativo nos níveis da educação básica, desde que não exceda a carga horária legal do ano letivo.
  - (E) Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.
- 35 Acerca do Sistema Único de Saúde (SUS) e com base na Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/1990, é correto afirmar:
- (A) As ações e os serviços de saúde executados pelo SUS, seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.
  - (B) Dentre as competências da direção nacional do SUS inserem-se a promoção da descentralização dos serviços e ações de saúde para os municípios, bem como o acompanhamento, o controle e a avaliação das redes hierarquizadas do SUS.
  - (C) O Sistema de Atenção à Saúde Indígena servirá de referência ao SUS, que deverá adaptar sua estrutura e organização nas regiões onde residem as populações indígenas, para propiciar essa integração e o atendimento necessário em todos os níveis.
  - (D) O atendimento e a internação domiciliar serão realizados por equipes multidisciplinares que atuarão nos níveis de medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora e só poderão ser realizados por indicação da unidade do SUS, com a expressa concordância médica.
  - (E) Os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de questões referentes à saúde, ainda que não vinculados institucionalmente ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

- 36 O Decreto n.º 3.048/1999 dispõe que a aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida a carência exigida, quando for o caso, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição. Acerca do tema, e com base no referido diploma legal, é correto afirmar:
- (A) A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo da previdência social ou de médico de confiança do segurado, desde que, no último caso, ocorra às expensas do próprio segurado.
  - (B) O aposentado por invalidez receberá uma renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) do salário de benefício, mas, durante os primeiros quinze dias de afastamento consecutivos da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário.
  - (C) Concluindo a perícia médica pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida ao segurado empregado a partir da data de entrada do requerimento, se esta ocorrer em menos de 30 (trinta) dias após o afastamento da atividade.
  - (D) O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), recalculado quando o benefício que lhe deu origem for reajustado, salvo se o valor da aposentadoria atingir o limite máximo legal.
  - (E) A concessão de aposentadoria por invalidez, inclusive mediante transformação de auxílio-doença, está condicionada ao afastamento de todas as atividades, exceto as desenvolvidas sob o Regime Próprio de Previdência Social, ainda que na mesma profissão.
- 37 Quanto às prestações do Regime Geral de Previdência Social, disciplinado pelo Decreto n.º 3.048/1999, é correto afirmar:
- (A) Na ocasião do pagamento do benefício, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) poderá não aceitar procuração quando se manifestar indício de inidoneidade do documento ou do mandatário.
  - (B) O valor não recebido em vida pelo segurado não poderá ser pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores legais, salvo se houver inventário ou arrolamento.
  - (C) Não é permitido o recebimento conjunto, inclusive quando decorrente de acidente de trabalho, de mais de uma aposentadoria ou de aposentadoria com auxílio-doença, não cabendo alegação de direito adquirido.
  - (D) O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será pago ao cônjuge, pai, mãe ou irmão, por período não superior a seis meses, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.
  - (E) A perda da qualidade de segurado prejudica o direito à aposentadoria, ainda que para a concessão desta tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos.
- 38 Sobre o direito à convivência familiar e comunitária concedido à criança e ao adolescente pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), é correto afirmar:
- (A) A criança e o adolescente poderão permanecer em programa de acolhimento institucional em prazo superior a 2 (dois) anos, desde que comprovada a necessidade que atenda ao interesse familiar, devidamente fundamentada pela autoridade judicial.
  - (B) Será garantida, mediante autorização judicial, a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável.
  - (C) A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso ou culposo, sujeito à pena de reclusão, detenção ou multa, contra o próprio filho ou filha.
  - (D) O dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, e a obrigação de cumprir e fazer cumprir, no interesse destes, as determinações judiciais incumbe aos pais, sob pena de suspensão ou até perda do poder familiar na hipótese de seu descumprimento injustificado.
  - (E) A criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar poderá ser reintegrado à sua família ou colocado em família substituta, de acordo com a decisão fundamentada de equipe interprofissional ou multidisciplinar.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

- 39 Quanto à medida de internação tratada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), é correto afirmar:
- (A) Não será permitida a realização de atividades externas, salvo expressa determinação do Ministério Público e a critério da equipe técnica da entidade.
  - (B) É vedada a determinação judicial de incomunicabilidade na internação, salvo nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça.
  - (C) A medida de internação não poderá ser aplicada em caso de descumprimento injustificável de medida anteriormente imposta, ainda que reiterada.
  - (D) Em nenhuma hipótese, a autoridade judiciária não poderá suspender a visita de pais ou responsável do adolescente, ainda que a suspensão se dê temporariamente.
  - (E) A internação constitui medida privativa da liberdade e em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.
- 40 A Lei nº 11.340/2006, conhecida por Lei Maria da Penha, estipulou direitos à mulher que se encontre em situação de violência doméstica. Acerca do tema e com base na referida Lei, é correto afirmar:
- (A) Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, inclusive para o requerimento de medida protetiva de urgência, caso não haja requerimento do Ministério Público.
  - (B) Nos casos de violência familiar e doméstica contra a mulher em que o agressor não possua antecedentes criminais, será vedada a aplicação de pena de cestas básicas ou outras de prestação pecuniária, salvo se a substituição de pena implicar pagamento isolado de multa.
  - (C) O juiz poderá, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.
  - (D) Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderão ser criados pela União, no Distrito Federal, Estados e Municípios, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
  - (E) Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, desde que ouvidas as partes previamente, a suspensão de proclamações conferidas pela ofendida ao agressor.

## REDAÇÃO

### Texto complementar

### DIFERENÇA ENTRE MORAL E ÉTICA

**Moral** – A Moral se refere às normas e leis que regem uma sociedade. Ela muda de local para local, de época para época e de cultura para cultura, de forma que se casar com mais de uma mulher no Brasil vai contra a legislação, logo vai contra as normas e leis da sociedade brasileira, sendo, assim, imoral. Mas em países árabes, por exemplo, a poligamia é permitida e exercida, lá isso é algo moral. Na sociedade urbana é imoral andar nu, é um atentado ao pudor, previsto por lei, mas numa sociedade de índios (principalmente se estes não tiveram contato com o homem urbano, o que já é muito difícil hoje em dia) é algo natural, é moral.

**Ética** – A Ética se refere ao meu comportamento em relação com o outro, se o que eu faço é bom tanto para mim quanto para o outro estou sendo ético. Um exemplo prático do dia a dia onde a maioria se comporta de maneira antiética: Se você encontra uma carteira na rua, vê que ela tem identificações e até endereço do dono, por ética deveria ir até o endereço e devolver a carteira, certo? Mas fazemos mesmo isso? A maioria das pessoas ficaria com a carteira mesmo assim, e ainda se livraria dos documentos e de qualquer coisa que provasse que a carteira não era sua. Isso é uma postura antiética.

Agora você vê a diferença? Ética e Moral andam muito juntas (ou deveriam andar), mas uma coisa pode ser ética, mas não moral, e vice-versa. As legislações tentam, mesmo que não conseguindo sempre, normatizar conceitos éticos. Estes estão firmados no caráter humano, de forma que o homem sabe o que é ético, mesmo optando por não realizá-lo.

(<https://rafaeldecastrorig.wordpress.com/2010/08/12/etica-e-moral-voce-sabe-a-diferenca/>)

O quadro político-social brasileiro mostra consequências do enfraquecimento dos princípios de conduta ética/moral na vida política (corrupção, escândalos políticos, subjugação dos interesses coletivos pelos individuais) que se refletem, naturalmente, na vida da sociedade (violência, criminalidade, exclusão social). Diante desse estado de coisas, os cidadãos têm sido levados a concluir que “sempre foi assim, nada pode fazer isso mudar...”.

Considerando as ideias do texto “As sociedades Pós-moralistas”, poderíamos pensar que o Brasil vai se tornando uma sociedade desse tipo e, então, nos perguntarmos: O que está na origem desse processo de debilitação do País? Qual seria um caminho possível (ou caminhos possíveis) para construir uma nação marcada pela consciência ética e retidão moral?

Escreva um texto, em prosa, em que você responda a esses questionamentos, atendendo aos critérios de coesão, coerência, consistência argumentativa, adequação da escrita.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Tema:	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	